

Universidade de Brasília

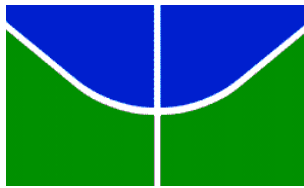
Instituto de Ciência Política

**Em nome de Jesus: uma análise de como políticos
evangélicos têm se apropriado da pauta de segurança
pública**

Késia Miranda Nogueira

Brasília – DF

Setembro/2022



Universidade de Brasília

Instituto de Ciência Política

**Em nome de Jesus: uma análise de como políticos evangélicos
têm se apropriado da pauta de segurança pública**

Késia Miranda Nogueira

Monografia apresentada ao Curso de Ciência Política, do Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciência Política sob a orientação do professor Carlos Augusto Mello Machado.

Dedico este trabalho a todas as igrejas brasileiras que não se deixaram levar pelo bolsonarismo e não fazem de seus púlpitos palanques para manipular seus fiéis.
O evangelho de Cristo permanece vivo em vocês.

Agradecimentos

Chegar até aqui exigiu de mim a fé de acreditar no que eu não via e sequer pensava que podia alcançar. Este trabalho é o final de uma jornada que trilhei, mas não a fiz sozinha, nem a fiz apenas por mim.

Aos meus pais, Delzuita e Pedro, que trabalharam incansavelmente para me proporcionar a educação que eles não tiveram acesso.

À minha igreja, Coletivação, que me mostra que ainda é possível viver o evangelho de Cristo. Eu não chego aqui sozinha, trago todos vocês comigo, mas não poderia deixar de mencionar as que estiveram mais perto de mim nessa caminhada e me mostraram que era possível: Roberta e Renata.

Ao Jovem de Expressão, que me ensinou que a minha conquista não é só minha, é de toda a comunidade que me trouxe até aqui, por isso, essa conquista também é de vocês.

À minha amiga Maria Vitória, que esteve comigo desde o início da graduação e nunca me deixou desistir de uma matéria sequer. Ter você ao meu lado fez o processo ser bem mais bonito e divertido.

À minha amiga Larissa Sena, que nunca me deixou desacreditar do que eu era capaz. Te amo e sou grata por ter você como amiga.

À Larissa, que me encorajou quando precisei de coragem e me acolheu quando eu não quis ser corajosa. Eu sou infinitamente mais feliz ao seu lado.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar o uso da pauta de segurança pública por políticos evangélicos. Para isso, utilizamos os conceitos de representação descritiva de Hannah Pitkin e a segunda face do poder apresentada por Peter Bachrach e Morton S. Baratz para compreender de que forma a determinação da agenda pública se relaciona com a forma de representação descritiva. Para a análise, utilizamos a atuação política do ex-prefeito da cidade do Rio de Janeiro e bispo da Universal, Marcelo Crivella (PL), passando por seu histórico de eleições, promessas de campanha para o município e, por fim, por seus discursos enquanto ocupava uma cadeira no Senado Federal e quando foi eleito prefeito, fazendo um recorte sobre o tema de segurança pública.

Palavras-chave: Evangélicos; Segurança Pública; Rio de Janeiro; Representação Descritiva; Marcelo Crivella.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
1. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	7
1.1. A ascensão dos evangélicos na política.....	7
1.2. Liberal na economia, conservadora nos costumes: um retrato da bancada evangélica do Congresso Nacional.....	11
1.3. A pauta de segurança pública voltada para o Rio de Janeiro.....	15
1.4. A representação descritiva e a segunda face do poder.....	20
2. RESULTADO.....	23
2.1. Estudo de caso: a história de Crivella na política fluminense.....	23
2.2. Promessas de campanha.....	23
2.3. Os muros de Crivella.....	26
3. CONCLUSÃO.....	30
4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	31

INTRODUÇÃO

Quando decidi escrever este trabalho, ainda em 2021, não imaginava a proporção que o tema teria tomado nas eleições gerais de 2022 no Brasil. A ascensão de evangélicos na política não é novidade: desde a redemocratização em 1988, cada vez mais vem se percebendo a relevância do grupo na arena política. Ainda assim, acredito que poucas pessoas puderam prever a real notoriedade que não só os políticos, mas todo o eleitorado evangélico teria ganhado nesse período eleitoral.

O voto evangélico - e cristão, de forma geral - está sendo disputado pelos mais diversos candidatos aos mais diversos cargos. A maior expressão dessa disputa, no entanto, foi protagonizada pelos dois candidatos à presidência que chegaram ao segundo turno: Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Jair Messias Bolsonaro (PL). Enquanto o atual presidente se utiliza de pautas morais para conquistar o eleitorado, como a defesa da família e a criminalização do aborto, o candidato do Partido dos Trabalhadores apresentou uma carta diretamente direcionada ao público evangélico em um evento que contou com a presença de membros do grupo. A carta, além de lembrar o que Lula havia feito durante os oito anos em que esteve na presidência, foi também compromisso com as pautas cristãs, como a defesa da família e a rejeição à legalização do aborto.

Muitos procuram explicar a relevância que o grupo veio construindo - ao ponto de um candidato que foi presidente por dois mandatos ter dedicado um compromisso com suas pautas - e talvez a resposta tenha estado na própria origem da Igreja e da relação com o Estado desde a sua criação. O que chama atenção é a notoriedade que os evangélicos conquistaram e como está cada dia mais impossível ignorá-los quando se quer fazer política no Brasil.

Por conta disso, este trabalho explora quem é o eleitorado evangélico, quem são seus representantes e como eles trabalham para conquistar o voto do grupo. Para isso, começamos procurando explicar o movimento evangélico no país, após, analisamos o quão alinhados com o pensamento dos eleitores estão os políticos evangélicos. Depois dessa breve introdução, partimos para o tema central que propomos: a segurança pública.

Por entendermos que o tema é uma das principais pautas do eleitorado brasileiro como um todo, mas especificamente para os evangélicos, fizemos um estudo de caso no município do Rio de Janeiro. Para isso, exploramos o histórico da cidade com a pauta de segurança pública e utilizamos os discursos e as promessas de campanha do seu mais recente ex-prefeito, Marcelo Crivella, para buscar entender como um político evangélico se utiliza da pauta para angariar e

manter o eleitorado evangélico fiel.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

1.1 A ascensão dos evangélicos na política

A religião supre a falta que sobra do profano.

Costa, Viviane. São Bernardo do Campo, 2021.

O movimento de evangélicos na política brasileira vem sendo percebido e estudado há pelo menos duas décadas. Segundo a professora do programa de pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Maria das Dores Campos Machado (2006), o tema tem ganhado atenção de pesquisadores brasileiros desde a eleição presidencial de 1992 [sic], quando o grupo religioso apoiou a candidatura de Fernando Collor, à época filiado ao Partido da Reconstrução Nacional. Ricardo Mariano e Antônio Pierucci (1992) foram um dos precursores do estudo da temática, quando ainda em 1992 analisaram a influência da atuação pentecostal na eleição de Collor.

Para contribuir com o tema, Maria das Dores publicou o livro *“Política e religião: a participação dos evangélicos nas eleições”*, obra em que discorreu sobre a crescente presença de candidatos evangélicos no cenário político fluminense – e à qual recorrerei com frequência ao longo do texto. Sua análise percorreu desde o perfil do eleitorado cristão até as estratégias utilizadas pelos candidatos e instituições religiosas para alcançar sucesso eleitoral. Uma das primeiras ideias que a autora apresenta é a necessidade de se estabelecer uma dicotomia dentro do grupo evangélico, diferenciando protestantes e pentecostais.

Para isso, consideramos crucial abordar e contextualizar a definição dos termos que serão usados ao longo deste texto. No Brasil, ser evangélico pode abranger as denominações protestantes e pentecostais, que por vezes se confundem (Mariano e Pierucci, 1992). Para Mendonça (1989), o título ‘evangélico’ é mais utilizado por membros de igrejas ou historiadores que possuem vínculo com a religião, enquanto ‘protestante’ é usado com mais frequência por historiadores e sociólogos que estudam por um viés mais observador do que participante da crença.

Mariano e Pierucci (1992) trazem uma característica crucial do pentecostalismo para que se possa entender o que difere uma vertente da outra: os pentecostais se utilizam do que é

chamado de ‘dons do Espírito Santo’, por vezes manifestado através das ‘línguas estranhas’. A professora Viviane Costa reitera essa característica em sua tese de doutorado ‘*Jesus é o dono do lugar: o Deus do traficante em disputas territoriais cariocas*’:

“[...] o pentecostalismo se caracteriza pela crença na continuidade da manifestação e ação do Espírito Santo como nos tempos da igreja primitiva. De acordo com a teologia pentecostal da contemporaneidade dos dons, da maneira que Deus agia por intermédio do Espírito Santo para curar enfermidades, libertar de demônios, realizar milagres, continua a impulsionar o avanço impetuoso da igreja capacitada pelo mesmo Espírito.” (COSTA, 2021, p. 19)

O pentecostalismo possui o evento de Pentecostes, descrito no capítulo 2 do livro de Atos, como sua pedra fundamental de atuação:

“E de repente veio do céu um som, como de um vento veemente e impetuoso, e encheu toda a casa em que estavam assentados. E foram vistas por eles línguas repartidas, como que de fogo, as quais pousaram sobre cada um deles. E todos foram cheios do Espírito Santo, e começaram a falar noutras línguas, conforme o Espírito Santo lhes concedia que falassem.” (At 2, 43)

Esse “vento veemente e impetuoso” foi um marco na história da igreja, que passou a ser uma comunidade marcada pelo desapego de bens materiais, em que tudo o que tinham era partilhado¹. O anúncio do evangelho de Jesus Cristo era sua principal missão e ele era feito por meio do ato de servir uns aos outros. O pentecostalismo brasileiro – e latino americano – carrega características muito próprias desta igreja primitiva descrita em Atos: a missão e a pertença popular. Ele se apresenta como uma nova era do cristianismo e é reconhecido pelo pertencimento a uma comunidade que oferece esperança em situações de violência (COSTA, 2021).

Não causa surpresa, portanto, quando descobrimos qual é a ‘cara’ do evangélico no Brasil. Se pudéssemos resumir em um perfil quem é o evangélico pentecostal brasileiro, poderíamos dizer que é uma mulher, jovem, negra, pobre e de baixa escolaridade. Isso porque – segundo o levantamento de Mariz e Gracino Jr, apresentado pela professora Viviane Costa - 63% dos pentecostais fazem parte da população que sobrevive com menos de um salário mínimo, 55,6% são mulheres, possuem, em média, 27 anos e apenas 4,1% tem formação em ensino superior. Por fim, os pardos e negros são atraídos pelo movimento petencostal mais do que por outras denominações religiosas: 48,9 e 13,4% respectivamente (COSTA, 2021). Quanto às denominações presentes no Brasil, os protestantes contam, principalmente, com as igrejas

¹ Atos, capítulo 2, versículos 43-45

Luterana, Presbiteriana, Metodista e Batista, enquanto os evangélicos pentecostais estão em sua maioria presentes nas Assembléia de Deus, Deus é Amor, Universal do Reino de Deus ou Internacional da Graça de Deus (Mariano e Pierucci, 1992).

No entanto, quando vamos falar de quem são evangélicos que se arriscam a sair da esfera religiosa e entrar na política, o perfil é outro. Eles não se resumem a um espectro ideológico mas estão em sua maioria filiados a partidos de direita e centro-direita. Em 2020², 99 parlamentares (entre deputados e senadores) compunham a Frente Parlamentar Evangélica, tendo apenas a deputada Benedita da Silva (PT/RJ) como integrante de um partido de esquerda. Além dela, a Frente contava com outros seis deputados de partidos de centro-esquerda, como o PDT, Solidariedade e Avante. Em 2022³, a quantidade de membros da Frente mais que dobrou, passando de 99 parlamentares para 202. Entre eles, apenas 18 parlamentares que pertencem a partidos de esquerda e centro-esquerda.

Leôncio Rodrigues (1987, apud. MACHADO, 2006) defende que a presença de mais evangélicos na política não significa que o grupo religioso conquistou o seu espaço na arena de disputa de poder. Isso porque os evangélicos que disputam cargos eletivos não costumam ser encontrados entre os ‘membros comuns’ de suas denominações. Indo de encontro ao município que vamos observar neste trabalho, o Rio de Janeiro, podemos perceber que os candidatos que mais recebem apoio para suas candidaturas e, conseqüentemente, são mais eleitos, frequentemente ocupam cargos de liderança dentro das igrejas.

Parte dos cristãos se utilizam desses cargos eclesiásticos para afirmar sua autoridade espiritual e não é incomum encontrar termos como pastor, missionário ou bispo⁴ entre as candidaturas nas eleições gerais ou municipais. Para Maria das Dores (2006), a utilização das nomenclaturas cumpre dois principais objetivos: o de informar que o candidato compartilha a visão e princípios evangélicos e o de reafirmar a autoridade que exerce por meio do cargo que ocupa. É o que Pierre Bourdieu (1989) apresenta quando discorre sobre o capital político, transcrito no trecho abaixo:

“O capital político é uma forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa - ou a um objeto - os próprios poderes que eles lhes reconhecem.” (BOURDIEU, 1989, p. 187-188)

² Segundo levantamento feito pelo Congresso em Foco. Acesso em: 25/08/2022

³ Dados encontrados no Portal da Câmara dos Deputados. Acesso em: 28/08/2022

⁴ O bispo é o supervisor ou superintendente de uma comunidade.

A ideia que a professora Maria das Dores (2006) nos apresenta está nos conceitos de capital político conquistado a *título pessoal* ou por meio de *delegação*. Para Bourdieu (1989), a autoridade, ou capital político, conquistada por meio de título pessoal é mais difícil de ser obtida: ela demanda tempo, reconhecimento e qualificações específicas. O fato de ser mais custoso conquistá-la a torna igualmente difícil de ser perdida. O capital político apanhado por meio de delegação tem um caminho mais acessível e, por vezes, mais instável. Bourdieu o descreve como o capital do “*sacerdote, do professor e, mais geralmente, do funcionário*”. É um capital administrado por quem o concede.

A importância desse capital delegado se mostrou nas eleições municipais fluminenses de 2000. A ‘bancada evangélica’ da Câmara Municipal do Rio de Janeiro teve um aumento no número de parlamentares, passando de três vereadores na legislatura de 1997 a 2000, para sete na legislatura de 2001 a 2004 (MACHADO, 2006). Os sete vereadores eleitos foram: Aloísio Freitas (PTB), bispo Jorge Braz (PP), dr. Monteiro de Castro (PP), Liliam Sá (PL), pr. Edmilson Dias (PT) e Verônica Costa (PL). Entre eles havia um bispo, três pastores e uma obreira⁵. Além disso, seis se declararam pentecostais e apenas a vereadora Verônica Costa se declarou como somente evangélica.

A entrada desses novos atores na política não foi por acaso. Ao acompanhar o processo eleitoral do município do Rio de Janeiro no ano de 2000, Maria das Dores (2006) percebeu que o sucesso das candidaturas evangélicas foi resultado da crise de credibilidade que a elite política fluminense estava enfrentando, juntamente com o apoio que as instâncias eclesiásticas forneciam a seus candidatos. O pesquisador José Murilo de Carvalho (1997, apud. MACHADO, 2006) realizou uma pesquisa sobre a cultura política da região metropolitana do Rio de Janeiro e sua conclusão foi que os cariocas não confiavam em seus concidadãos, considerando brasileiros como não-confiáveis ou pouco confiáveis e concentrando sua confiança apenas a seus núcleos familiares, amigos, vizinhos e em líderes religiosos. O que Carvalho nos mostra é que existe uma credibilidade dada às autoridades religiosas que não é facilmente conquistada por políticos de carreira.

Quanto ao apoio fornecido pelas igrejas, Dores Machado (2006) dá um destaque especial à atuação da Igreja Universal do Reino de Deus, a Iurd. Em 2000, o então pastor da Iurd Paulo Mello disputou e conquistou uma cadeira na Câmara Municipal do Rio de Janeiro sob a benção da sua igreja. A benção da Iurd não significou uma simples autorização ou encorajamento, mas a garantia de um aparato estruturado para a campanha, com direito à

⁵ Obreiros são os “operários” da igreja cristã, que servem às comunidades de fé.

orientação do Conselho de Bispos e à assessoria de uma equipe formada para guiar o então candidato durante a sua campanha.

A junção de um cenário de descredibilização da classe política com o fornecimento de assistência eleitoral gratuita é a receita ideal para que *outsiders* pudessem a disputa pela arena política e foi nessa receita que os evangélicos encontraram – e ainda encontram - espaço para ocupar cargos eletivos e posições de poder.

1.2 Liberal na economia, conservadora nos costumes: um retrato da bancada evangélica do Congresso Nacional

Os pesquisadores Reginaldo Prandi e Renan William dos Santos (2017) se debruçaram sobre a influência que a religião exerce sobre a opinião dos eleitores no artigo “*Quem tem medo da bancada evangélica?*”. O objeto de análise dos autores se restringe à bancada evangélica do Congresso Nacional que, como mencionamos no capítulo anterior, não é homogênea ideologicamente, por mais que seja composta principalmente por políticos de direita. No entanto, Prandi e Santos (2017) apresentam o conservadorismo como a maior característica que une os componentes da bancada. É sobre essa pauta que os políticos evangélicos fundamentam sua atuação e procuram angariar votos para conquistarem mandatos.

A presença dos evangélicos na política brasileira se concretizou durante a eleição da Assembleia Constituinte, em 1986, evento em que a bancada evangélica, ainda sem essa nomenclatura, se uniu pela primeira vez para defender seus interesses políticos conservadores, receosos de que a nova Constituição defendesse abertamente os direitos da comunidade LGBTQIA+ ⁶, as pautas feministas (como a legalização do aborto) ou a legalização do uso de drogas (PRANDI e SANTOS, 2017, pg. 188). Essa participação fervorosa pôs fim a crença de que evangélicos não se envolviam com política⁷ e a presença deles tornou-se cada vez mais comum nos cargos de poder, tanto executivos quanto os legislativos (PIERUCCI, 1996, apud PRANDI e SANTOS, 2017).

Em 2015, o jornal A Folha de São Paulo publicou artigo de autoria de Reginaldo Prandi em conjunto com o comentarista Mauro Paulino afirmando que os parlamentares do Congresso Nacional se mostraram mais liberais que seus eleitores em alguns temas. Para isso, o jornal se

⁶ Segundo definição da Aliança Nacional LGBTI+, a sigla é um acrônimo para lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexuais e assexuais. O sinal “+” inclui outras várias identidades de gênero e orientações sexuais.

utilizou de uma pesquisa feita pelo instituto Datafolha que ouviu 289 deputados, 51 senadores e mais de 10 mil eleitores. O instituto apresentou aos parlamentares e eleitores um compilado de pares de afirmações às quais os pesquisados deveriam responder com quais concordavam mais ou se não sabiam com qual concordavam.

A pesquisa apresentada na Figura 1 trouxe algumas conclusões: o eleitorado brasileiro endossa, mais do que os parlamentares (inclusive os que compõem a bancada evangélica), questões como a que pobreza é culpa da disposição dos indivíduos, que os migrantes trazem problemas sociais ou que a causa do crime é a maldade das pessoas. Quando se trata de assuntos econômicos, no entanto, o eleitorado muda de lado e assume posicionamentos mais alinhados com a esquerda, concordando com a afirmação de que o governo, em detrimento das empresas privadas, deve ser o maior responsável pelo desenvolvimento econômico do país.

Figura 1 - Opinião dos eleitores brasileiros, parlamentares do Congresso Nacional e membros da bancada evangélica sobre questões de comportamento e economia, em %



Tendência à esquerda

Tendência à direita

A posse de armas deve ser proibida, pois representa ameaça à vida de outras pessoas



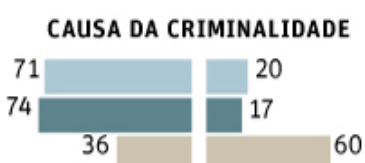
Possuir uma arma legalizada deveria ser um direito do cidadão para se defender

Boa parte da pobreza está ligada à falta de oportunidades iguais para que todos possam subir na vida



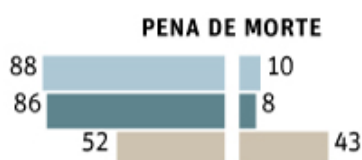
Boa parte da pobreza está ligada à preguiça de pessoas que não querem trabalhar

A maior causa da criminalidade é a falta de oportunidades iguais para todos



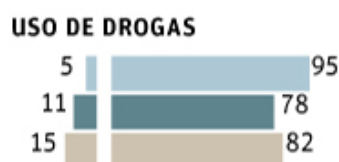
A maior causa da criminalidade é a maldade das pessoas

Não cabe à Justiça matar uma pessoa, mesmo que ela tenha cometido um crime grave



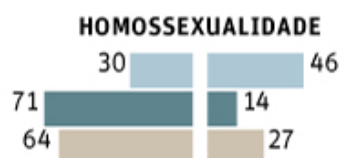
A pena de morte é a melhor punição para indivíduos que cometem crimes graves

O uso de drogas não deve ser proibido, porque é o usuário que sofre com as consequências



O uso de drogas deve ser proibido porque toda a sociedade sofre com as consequências

A homossexualidade deve ser aceita por toda a sociedade



A homossexualidade deve ser desencorajada por toda a sociedade

Acreditar em Deus não necessariamente torna uma pessoa melhor

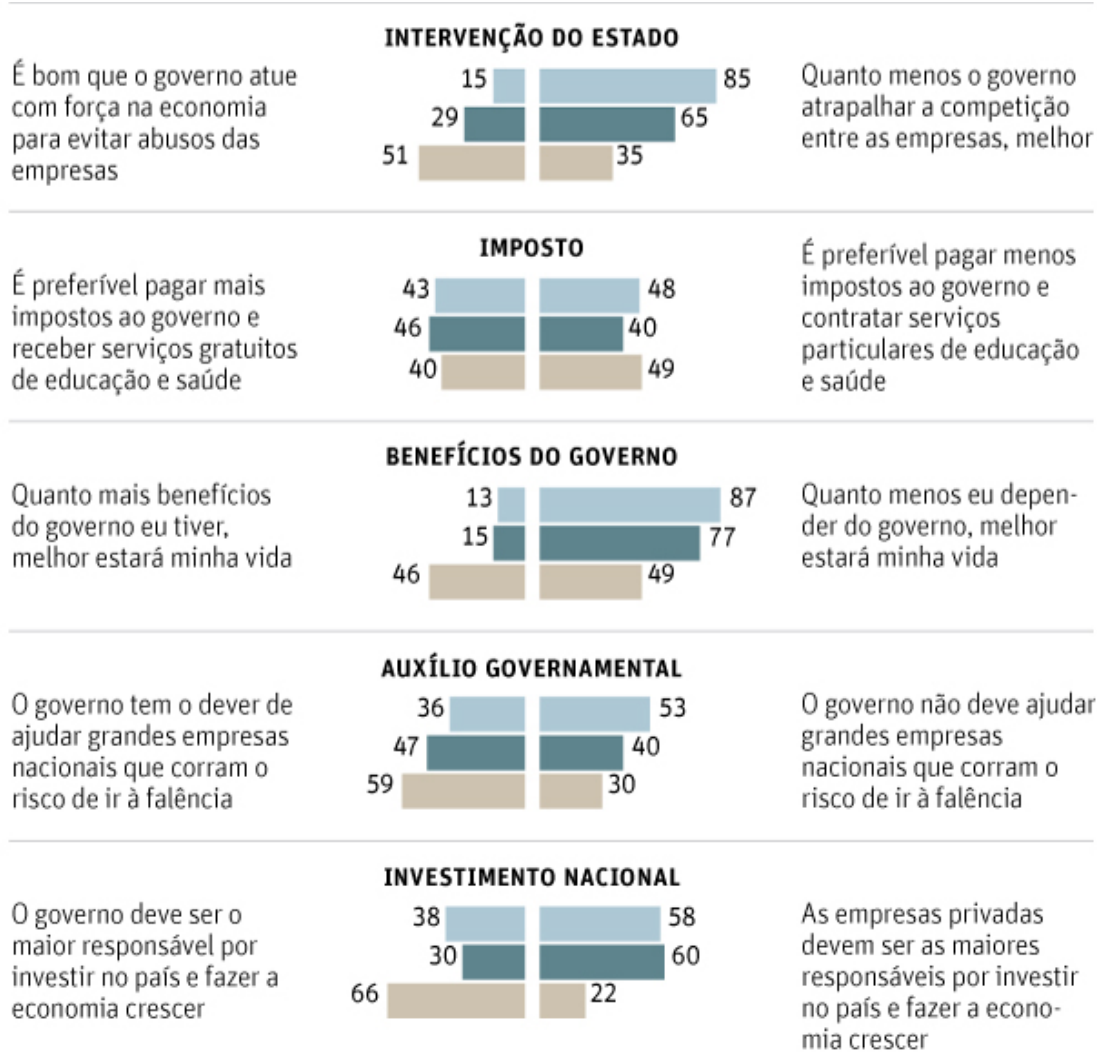


Acreditar em Deus torna as pessoas melhores

Adolescentes que cometem crimes devem ser reeducados



Adolescentes que cometem crimes devem ser punidos como adultos



Fonte:

Folha de São Paulo, 2015.

O eleitorado volta novamente ao espectro ideológico da direita defendendo que adolescentes devam responder por crimes de forma igualitária aos adultos e mostra que, quando se trata de temas comportamentais, está alinhado à direita, mas quando a pauta é econômica, está alinhado à agenda da esquerda.

A bancada evangélica mostrou posicionamentos contraditórios nas questões comportamentais que afetam a segurança pública, se apresentando como a maior defensora do uso de armas como mecanismo de defesa dos cidadãos ao mesmo tempo em que foi, em sua maioria, contra a pena de morte para crimes graves e defendeu que a criminalidade e a pobreza são resultados da desigualdade social. Por outro lado, se manteve coerente nas demais pautas morais: foi contra a legalização do uso de drogas e a aceitação da homossexualidade, e defendeu uma menor intervenção do Estado na economia.

No âmbito geral, Prandi e Paulino (2015) concluíram que a bancada evangélica apresentava opiniões mais à direita do que o Congresso Nacional e o eleitorado. O cenário muda quando os temas são separados em blocos distintos: comportamental e econômico. As pautas comportamentais mostraram o distanciamento da bancada evangélica dos seus colegas parlamentares, ao passo em que estava próxima do eleitorado. Nesse bloco, 55% dos eleitores e 42% da bancada permaneceram à direita, em contraponto à apenas 17% do Congresso.

Não podemos deixar de mencionar, porém, que o Congresso de 2015 não é mais o mesmo. As eleições de 2018 trouxeram a maior renovação da história do parlamento brasileiro desde a redemocratização. No Senado, essa renovação representou mais de 85% das 54 cadeiras que estavam em disputa: 46 delas foram ocupadas por novos nomes da política. Na Câmara dos Deputados, a taxa de renovação foi de 47,3%. A renovação trouxe maior presença de jovens, mulheres e negros ao parlamento, mas não necessariamente o tornou menos conservador.

É o que defende o analista político e ex-diretor de documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Antônio Augusto de Queiroz, que publicou em 2018 um artigo afirmando que a legislatura de 2019-2022 seria a mais conservadora dos últimos quarenta anos:

“O novo Congresso Nacional [...] será mais liberal na economia, mais conservador nos costumes e mais atrasado em relação aos direitos humanos e ao meio ambiente do que o atual. Pulverizado partidariamente e organizado em torno de bancadas informais - como a evangélica, segurança/bala e ruralista -, será o mais conservador desde a redemocratização.” (QUEIROZ, 2018.)

A Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional, um dos meios por onde a bancada evangélica atua, nasceu em 2015 com a proposta de “*fiscalizar os programas e as políticas governamentais, voltadas à proteção da família, da vida humana e dos excluídos*” e desde então tem mantido sua relevância no cenário político, sendo uma preocupação constante do Poder Executivo nacional.

1.3 A pauta de segurança pública voltada para o Rio de Janeiro

“*O segredo de ganhar a comunidade era fazer o que o Estado não conseguia fazer.*”

Lobo, Rio de Janeiro, 2020.

O pesquisador e ex-secretário nacional de Segurança Pública Luiz Eduardo Soares (2006) afirma que a diversidade do Brasil não permite que nenhuma generalização se sustente por muito tempo, em outras palavras, “a sociedade brasileira, por sua complexidade, não admite simplificações nem camisas-de-força.” (SOARES, 2006, pp. 91). Nenhuma região brasileira está isenta da criminalidade, mas cada uma delas enfrenta suas próprias particularidades, o que o autor chama de “matrizes criminais”.

Para Soares (2007), em algumas dessas regiões a grande disponibilidade de armas de fogo é a principal culpada pelos homicídios dolosos causados por conflitos particulares. Em outras, há um mercado que envolve atiradores profissionais, o qual o autor chama de “indústria da morte”, mas também é conhecido como “crime organizado”, matriz criminal encontrada com facilidade nos estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro. Soares adverte, no entanto, que a mais perigosa dessas matrizes pode ser o tráfico:

“É imperioso reconhecer que já há fortes indícios de que a matriz mais perigosa e insidiosa, que cresce mais velozmente, instalando-se nas vilas, favelas e periferias, e adotando o domínio territorial e a ameaça a comunidades como padrão, a matriz mais apta a recrutar jovens vulneráveis e a se reproduzir, estimulada pela crise social e pela fragilidade da auto-estima, é o tráfico.” (SOARES, 2006, pp. 92)

O tráfico se apresenta como um estilo de vida, com características econômicas e culturais, regulado por seu próprio mercado. Segundo Soares (2006), já em 2006 o tráfico de armas e drogas era a dinâmica criminal com mais potencial de crescimento nas regiões metropolitanas do Brasil. As duas ferramentas do tráfico são, também, codependentes. É o mercado de tráfico de drogas que financia o tráfico de armas, enquanto essas intensificam a criminalidade em suas diversas modalidades (SOARES, 2006, pp. 96).

Enquanto as comunidades governadas pelo tráfico são marcadas pelo constante medo dos conflitos decorrentes das invasões de outras facções e das operações policiais, a milícia se apresenta como o remédio para o fim desses conflitos. Isso não quer dizer, no entanto, que os moradores estão livres das opressões cotidianas a que estavam submetidos quando suas comunidades eram tomadas por chefes do tráfico de drogas. Os grupos paramilitares, ou as milícias, surgiram, nesse cenário, como uma alternativa ao domínio de traficantes nas comunidades do Rio, oferecendo a segurança que - em territórios dominados por traficantes - os moradores não possuíam (MANSO, 2020).

As chamadas milícias também se utilizam da lógica codependente que o tráfico possui, com a diferença de que boa parte dos grupos de milicianos incorporam um viés moralista quando se trata da comercialização de drogas. Em depoimento ao escritor Bruno Paes Manso,

um ex-miliciano - apelidado “Lobo” - afirmou que na comunidade onde ele cresceu “só morria quem devia e usava drogas” ou quem cometia roubos. Os homicídios eram uma ferramenta dos grupos de extermínio para que fossem cumpridas as regras da região. Segundo Paes Manso (2020), é muito comum encontrar nas regiões dominadas por milicianos a crença de que os assassinatos cometidos sejam previsíveis - porque existe a convicção de que só morrerem aqueles que usam ou comercializam drogas - e cumpram uma função de estabelecer a ordem na comunidade, ao passo que roubos são vistos como “intoleráveis e covardes”, pois são imprevisíveis e trazem desordem. (MANSO, 2020, pg. 9)

As milícias ganharam espaço na mídia brasileira ao final do ano de 2006 e eram inicialmente formadas por ex-agentes de segurança do Rio de Janeiro (CANO, 2008. p. 48).

Os grupos milicianos foram tomando proporções cada vez maiores com o passar do anos, chegando a ter representantes ocupando cargos eletivos nas câmaras dos municípios do estado. A forma de economia das milícias é uma das suas principais fontes de opressão: é a partir da extorsão aos moradores e comerciantes locais que os grupos se sustentam. Ao contrário do modelo de dominação pelo tráfico, a milícia possui uma economia mista e dinâmica que tem um papel fundamental na legitimidade de seu governo nas comunidades. Os recursos são obtidos por meio de taxas de segurança cobradas dos moradores e dos comércios locais, do monopólio de alguns serviços como *gatonet*⁸ e de venda de gás, lavagem de dinheiro, empréstimos a juros, aluguéis de imóveis e proteção para funcionamento de máquinas de caça-níquel. Segundo o depoimento do delegado Marcus Neves à CPI das Milícias, o grupo de milicianos denominado Liga da Justiça faturava mensalmente 2 milhões de reais (MANSO, 2020, p. 63).

É possível falar sobre diversos meios de atuação da milícia no Rio de Janeiro, mas a definição do que elas são ainda é disputada, apesar de não serem um fenômeno novo⁹. O pesquisador Bruno Paes Manso (2020) defende que a milícia encontrada atualmente no Rio de Janeiro nasceu a partir da 'policia mineira', originada pelos grupos de extermínio. Os grupos de extermínio cariocas ascenderam entre as décadas de 1960 e 1980 sob a alegação de defender a população de bandidos (MANSO, 2020). Eram formados por integrantes justiceiros e personalidades políticas que esbanjavam seus mortos e se orgulhavam de suas armas. O ‘homem da capa preta’, como era conhecido o deputado federal Tenório Cavalcanti (PST/RJ),

⁸ Gatonet é um sinal de TV à cabo clandestino que utiliza aparelhos como TV Box para transmitir filmes e canais de forma pirateada.

⁹ Comunidades na Zona Oeste do Rio relatam a presença de grupos dominantes anos antes da implosão midiática das milícias, em 2006. (CANO, 2008, p. 61)

é um exemplo desse fenômeno: conhecido pela sua atuação na Baixada Fluminense, andava sempre acompanhado de uma metralhadora batizada como Lurdinha (ALVES, 2020).

Esse não foi um movimento exclusivo do Rio de Janeiro. Segundo o autor do livro *A República das Milícias*, Bruno Paes Manso (2020), os grupos de extermínios eram uma demanda das metrópoles do sudeste, como Espírito Santo e São Paulo, que sofriam com o aumento de crimes. Grupos como Scuderie Le Cocq - que estava presente tanto no Rio de Janeiro quanto no Espírito Santo - se apresentavam como a alternativa de policiamento que o Estado não oferecia, pondo em jogo a garantia do que Weber (2004) definiu como monopólio legítimo da força.

Para Weber (2002), o fundamento principal que faz um Estado ser um Estado não é o que ele faz, como governa ou as instituições que o compõem, mas sim o poder de coação física. É o que também defende o marxista russo Trotsky, ao afirmar que “todo Estado fundamenta-se na coação” (TROTSKY, apud WEBER, 2004, p. 525). Isso não significa, no entanto, que esse é o único meio pelo qual o Estado age, mas é a característica primordial que o define e é exatamente ela que o Estado brasileiro - principalmente no estado do Rio de Janeiro - tem perdido para as milícias.

Mas o que é segurança pública, afinal? À princípio, parece ser um conceito simples de ser definido, por ser altamente disseminado e diariamente discutido, mas quando paramos para pensar no que significa o termo que dá nome à pauta, não é tão simples assim. O ex-secretário Luiz Eduardo Soares (2006) apresenta duas hipóteses para tentar explicar: a primeira, é de que a segurança está necessariamente ligada a um cenário de paz, ou “uma situação da vida social em que não ocorrem crimes”. A segunda, é a de que a segurança pública só acontece quando há uma permanente ausência de violência. Nessa última hipótese, o autor levanta algumas problemáticas que nos levam a refletir o que é a violência e porque a ausência dela não significa que a segurança pública foi alcançada.

A violência nem sempre carrega em si uma conotação negativa, ela é legitimada em alguns setores, com o de esportes ou até mesmo quando se trata da violência estatal, que é tida como legítima e necessária. A violência usada como ferramenta de defesa em casos de violências injustificadas também é lida socialmente como legítima. Soares (2006) levanta essa discussão para defender que a ideia de que a segurança pública está estritamente associada à falta de violência é uma concepção utópica.

Outras duas hipóteses apresentadas pelo autor são a de que a segurança pública precisa lidar com certo nível de insegurança - a depender do tamanho ou características da sociedade

em questão - e que a segurança pública está no cumprimento da ordem social, que, segundo Soares (2006), é tida como “uma coisa, um objeto ou uma substância que existe por si, tem permanência e é independente da vontade de quem a compõe e a observa” (SOARES, 2019, p. 89), mas que na verdade é uma expectativa generalizada e não uma ordem de fato.

Soares (2006) parte do que não é segurança pública para, enfim, defini-la. Portanto, segundo o autor, a segurança pública:

- “1) não se reduz à existência nem à inexistência de crimes;
- 2) não se esgota na presença nem na ausência de fatos visíveis e quantificáveis, embora tenha relação com a experiência emocional, física e/ou simbólica da violência intolerável;
- 3) incorpora a dimensão subjetiva, como o medo, que é sempre intersubjetivo, porque experimentado em sociedade;
- 4) é indissociável de algumas dimensões políticas fundamentais, como democracia ou ditadura, e da regência de formas locais (ou capilares e domésticas) de poder, tirânicas ou libertárias;
- 5) diz respeito a toda a coletividade;
- 6) seu alcance envolve as esferas pública e privada;
- 7) não pode ser definida por um critério fixo e permanente nem mensurada de forma abstrata e artificial;
- 8) depende de contextos específicos e de histórias singulares - nesse sentido, é social, histórica e culturalmente relativa, ainda que essa relatividade seja limitada pelos balizamentos substantivos já referidos (entre outros, a prática de violência inaceitável, o regime político e as formas de poder local ou capilar).” (SOARES, 2019, p. 90)

Em suma, a segurança pública é definida pelo ex-secretário Luiz Eduardo Soares (2019) como: “a estabilização universalizada, no âmbito de uma sociedade em que vigora o Estado democrático de direito, de expectativas positivas a respeito das interações sociais, ou da sociabilidade, em todas as esferas da experiência individual.” (SOARES, 2019, p. 90). As expectativas positivas necessitam de percepções possíveis sobre o presente, narrativas do passado e a esperança de um futuro para serem alimentadas e, quando se trata de segurança pública, a estabilização, ao contrário do que a palavra nos remete, não é estática, mas sim uma tendência.

A partir da década 1980, o Rio de Janeiro foi marcado pelo início de uma política mais repressiva de segurança pública no que ainda hoje é conhecido como ‘guerra às drogas’. Em 1995, foi criada no estado do Rio de Janeiro a premiação faroeste, que perdurou até 1999. A premiação foi instituída por meio de um decreto do ex-governador Marcello Alencar (PSDB), que podia aumentar em até 150% o salário dos policiais militares que cometeram ‘atos de bravura’. Era o marco da instituição de uma política de incentivo ao confronto por meio de mega-operações e ações violentas nas comunidades do Rio. Segundo os autores Ribeiro, Dias

e Carvalho (2008, p.11), a política de segurança pública do estado passou a ter a letalidade como medidor de eficiência da polícia militar.

A premiação faroeste pode ser usada como um exemplo do que Soares (2019) defende quando afirma que a segurança pública não pode ser definida por um critério fixo nem mensurada de forma abstrata. A política da morte como um indicador de segurança, no entanto, não é ferramenta exclusiva da polícia militar do Rio de Janeiro, é também seguida pelos milicianos que ocupam as comunidades.

1.4 A representação descritiva e a segunda face do poder

O professor Luis Felipe Miguel (2001, pp. 124) - fundamentado por autores como Wattenberg, Novaro e Guillermo O'Donnell - já apontava para o movimento de crise da representação democrática, que vinha sendo substituída por uma “democracia delegativa” em que os poderes são transferidos para líderes carismáticos eleitos. Esse movimento foi percebido por meio de três evidências: o declínio do comparecimento eleitoral, a ampliação da desconfiança sobre as instituições e o esvaziamento dos partidos políticos.

A substituição da democracia representativa por uma democracia delegativa, o que Bernard Manin (1997, apud. MIGUEL, 2001, p. 125) chama de democracia de audiência - pode ser explicada, segundo Miguel, por um *desencanto popular* resultante da insuficiência do modelo representativo.

Durante o século XX, teóricos elitistas e pluralistas reuniram esforços para identificar os donos do poder nas sociedades e instituições. Segundo a teoria elitista clássica - fundamentada na tradição sociológica - construída por autores como Vilfredo Pareto, Gaetano Mosca e Robert Michels, a democracia é um conceito utópico que dificilmente se concretizaria. Isso porque, de acordo com os autores, existe um pequeno grupo - denominado elite - responsável pela manutenção de seu próprio poder, fazendo com que os esforços para o estabelecimento de um regime verdadeiramente democrático não resultem em um movimento efetivo.

A teoria elitista apresentada por Wright Mills (1981, apud. MIGUEL, 2001, p. 126) não se contentava em defender que a democracia nunca se estabeleceria por conta dos pequenos grupos dominantes, mas empreendia esforços em criticar as democracias já estabelecidas, em busca do aprimoramento do regime. (MIGUEL, 2001, p. 125-127) Por outro lado, haviam os

pluralistas - grandes críticos do modelo elitista - que colocavam à prova a existência dos grupos dominantes.

Em *Um prefácio à teoria democrática*, Robert Dahl (1956) defendeu que a democracia é um ideal raramente alcançado e nomeou como poliarquia o esforço de um regime em ser democrático. Ao invés de uma única elite dominante, o pluralista Robert Dahl afirma existir um conjunto múltiplo de pólos de poder, em que nenhum se sobressai a outro, havendo um equilíbrio de poder entre eles.

Diante dessas duas abordagens sobre o regime democrático - ou a tentativa dele - surgem os autores Peter Bachrach e Morton S. Baratz, que em 1962 e 1963 defenderam a existência de uma segunda face do poder. Para os autores, o problema das teorias elitistas e pluralistas não está em tentar definir quem tem o poder de decisão, mas sim em não perceber *como* esse poder é exercido.

“É claro que o poder é exercido quando “A” participa na tomada de decisões que afetam “B”. Mas o poder também é exercido quando “A” devota sua energia a criar ou a reforçar valores sociais e políticos e práticas institucionais que limitam o escopo do processo político à consideração pública apenas daquelas questões que são comparativamente inócuas para “A”. Na medida em que “A” obtém sucesso a esse respeito, “B” está impedido, para todos os propósitos práticos, de trazer à baila quaisquer questões cuja resolução possa prejudicar seriamente o conjunto de preferências de “A”.” (BACHRACH e BARATZ, 2011, pp. 151).

O que Bachrach e Baratz nos apresentam na comparação acima é que o poder não está apenas em um grupo tomando decisões que afetam outro, mas está também na capacidade que um grupo tem de determinar a agenda pública. O controle sobre essa agenda por determinado grupo, mais do que a tomada de decisões, tem o poder de limitar as ações de outro (MIGUEL, 2001, p. 127-128). A dificuldade do modelo de poder levantado por Bachrach e Baratz está na essência dele: o controle da agenda pública muitas vezes não pode ser mensurado por estar presente justamente nas “não-decisões”. Os autores apontam, no entanto, que isso não quer dizer que, por ser imensurável, a segunda face do poder seja irreal. A segunda face do poder é uma perspectiva interessante para analisar o que Hannah Pitkin (1997, apud MIGUEL, 2003 p. 130) denomina de “representação descritiva”. Apesar do que é entendido como democracia atualmente, a representação não é um conceito inerente ao regime. Em *O Conceito de Representação*, Hannah Pitkin (1979) nos mostra que os gregos sequer possuíam o conceito de representação em sua língua. Os romanos tinham o verbo *representare*, mas o termo remetia ao ato de estar presente e se referia quase sempre a um objeto inanimado, não tendo qualquer relação com o ato de uma pessoa representar outra ou um grupo, mesmo já existindo alguns

exemplos de representação no Estado romano. Foi na Idade Média que o conceito representativo surgiu por meio das autoridades cristãs: o papa e os cardeais eram considerados os representantes de Cristo e dos apóstolos (PITKIN, 1979, p. 9). No entanto, foi só no século XIX que a representação foi institucionalizada e passou a ser inserida nos modelos democráticos de governo.

A partir desse momento, diversos modelos de representação foram discutidos e o conceito de representação tornou-se cada vez mais disseminado e, portanto, mais complexo. Pitkin nos apresenta outras possibilidades de representação que não necessariamente significam agir no lugar de outra pessoa: há também a possibilidade de representação no ato de responder por algo que está ausente.

“Uma coisa ou pessoa pode estar no lugar de outra, pode substituir esta outra, caso ambas sejam suficientemente parecidas, justamente devido à sua semelhança. Portanto, o que distingue uma legislatura representativa de outro grupo qualquer de pessoas é sua correspondência precisa, de parte a parte, com a maioria da população pela qual ela é responsável.” (PITKIN, 1979, p. 15)

Diante dos diferentes modelos de concepção da representação política desenvolvidos por Pitkin, é no modelo de representação descritiva que nos prenderemos. O professor Luis Felipe Miguel (2001) define essa concepção de representação com a afirmação de que “o corpo de representantes deve formar um microcosmo da sociedade representada, reproduzindo, nas proporções adequadas, suas características principais” (MIGUEL, 2001, p. 130). O autor aponta, ainda, que a representação descritiva leva mais em consideração o que os representantes são do que o que fazem. É o que Pitkin defende quando a representação é concebida como uma *arte de representar*:

“Se a representação política deve ser compreendida nos moldes, por assim dizer, da arte de representação, então, ao que parece, ela pressupõe uma semelhança descritiva entre representantes e representados e aqueles em nome dos quais eles respondem. [...] O que qualifica um homem para ser representante é sua representatividade, não o que ele faz, mas o que ele é, ou como parece ser.” (PITKIN, 1979, p. 15)

Essa concepção significa uma virada de chave no papel que um representante cumpre ao ser escolhido por aqueles que o elegeram: a eficácia de seu mandato não está necessariamente ligado ao retorno que este apresenta à população que o elegeu, mas sim com a capacidade que ele possui de definir a agenda pública de modo que ela colabore para a manutenção do seu poder. Em outras palavras, a representação descritiva não depende de uma prestação de contas

aos representados, mas se sustenta por si própria à medida em que o representante *retrata* os representados.

RESULTADO

2.1 Estudo de caso: a história de Crivella na política fluminense

Nas últimas duas eleições municipais do Rio de Janeiro - realizadas em 2016 e 2020 - os evangélicos tiveram uma representação efetiva nas eleições em que o bispo da Igreja Universal do Reino de Deus (Iurd), Marcelo Bezerra Crivella, se candidatou. A presença do bispo na disputa pelo governo da cidade do Rio de Janeiro não é novidade: Crivella já disputou o posto quatro vezes desde 2004, enquanto ainda exercia seu primeiro mandato como senador da República, tendo sido eleito apenas em 2016.

Sua candidatura nas eleições anteriores não passou despercebida. Em 2004 alcançou o segundo lugar na disputa pela prefeitura, com mais de 700 mil votos, perdendo para Cesar Maia, filiado ao Partido da Frente Liberal, que venceu com mais de 1 milhão e 700 mil votos.

Em 2006¹, o bispo da Igreja Universal tentou se eleger governador pelo Partido Republicano Brasileiro (PRB) - atual Republicanos - e alcançou o terceiro lugar com mais de 1,5 milhão de votos, atrás de Denise Frossard, que concorreu pelo Partido Popular Socialista (PPS) e ficou em segundo lugar com 1,9 milhões. Quem venceu a disputa naquele ano foi o ex-governador Sérgio Cabral, que concorreu pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro - atual MDB - e foi eleito com quase 3,5 milhões de votos.

Em 2008, Crivella emplacou na disputa pela prefeitura do Rio de Janeiro mais uma vez. Dessa vez sua performance não foi tão bem sucedida como em 2004: ficou em terceiro lugar com pouco mais de 600 mil votos e Eduardo Paes foi eleito prefeito da cidade. Nas próximas eleições após 2008, Crivella ganhou uma notoriedade, tendo sido reeleito para seu segundo mandato como senador da República pelo Rio de Janeiro em 2010 e chegando ao segundo turno na disputa pelo governo do estado Rio de Janeiro em 2014, até chegar a 2016, em que enfim foi eleito prefeito da cidade.

2.2 Promessas de campanha

Em sua campanha à prefeitura nas eleições de 2016, o bispo Marcelo Crivella apresentou o plano de governo “Por um Rio mais humano” com 50 principais propostas para a cidade do Rio de Janeiro, dentre elas, 9 eram direcionadas para à área de segurança pública:

21. Redirecionar imediatamente o foco da Guarda Municipal (que hoje se dedica majoritariamente à zeladoria de prédios municipais, à aplicação de multas e ao combate ao comércio ambulante) às operações de policiamento comunitário e vigilância ostensiva da cidade, garantindo a presença de pelo menos 80% do seu efetivo nessas operações até o final de 2018, especialmente nas áreas com índices elevados de roubo à pedestres e furto de veículos – atuando sempre de forma integrada com as forças de segurança do ERJ.

22. Estabelecer, no primeiro ano de governo e através de uma parceria com a Força Nacional de Segurança Pública e intercâmbios internacionais, um programa de requalificação para os guardas municipais voltado para o uso adequado de armas não letais e para o uso de sistemas de comunicação de rádio nas operações de policiamento comunitário e vigilância ostensiva - atuando sempre de forma integrada com as forças de segurança do ERJ.

23. Ampliar em pelo menos 20% o número de câmeras de vigilância do município até 2020 (com priorização segundo os indicadores de violência verificados) e aumentar a presença da Guarda Municipal no Centro de Operações Rio (COR) para que o mesmo fique mais voltado para a questão da vigilância da cidade e passe a contar com mecanismos mais eficazes para identificação de ocorrências e coordenação de ações reativas.

24. Recuperar, até o final de 2018, o programa original das 10 unidades de ordem pública (UOPs) existentes, com o reestabelecimento de procedimentos operacionais padrão (POPs), o patrulhamento permanente das áreas de atuação e o estabelecimento de uma equipe de choque para cada UOP.

25. Após a recuperação de todas as UOPs existentes, ampliar o programa para as Zona Norte e Zona Oeste da cidade, incorporando 10 novas unidades até 2020: Madureira, Irajá, Penha, Ilha do Governador, Bangu, Realengo, Jacarepaguá, Campo Grande, Santa Cruz e Pavuna.

26. Garantir, até o final de 2017, a presença de pelo menos um guarda municipal nas unidades de ensino do município durante o horário de funcionamento das mesmas iniciando pelas áreas mais violentas da cidade.

27. Criar até o final de 2018 uma política de incentivos para as forças de segurança do ERJ baseada no atingimento de metas de melhoria na sensação de segurança e na avaliação de desempenho das forças policiais pelo cidadão por AISP (Área Integrada de Segurança Pública) - a partir do uso periódico de pesquisas de vitimização.

28. Desenvolver uma parceria público-privada (PPP) para ampliação, modernização e melhoria da iluminação pública da cidade com previsão de conclusão dos investimentos até o final de 2019 – o cronograma desses investimentos será determinado segundo os indicadores de violência registrados em cada AISP.

29. Elaborar, nos 4 primeiros meses de Governo, um inventário com as necessidades de poda de árvore e recuperação do mobiliário de todas as praças e parques da cidade, com previsão para a conclusão das ações de recuperação e/ou modernização até o final de 2017.

30. Estabelecer, no primeiro ano de governo, uma parceria com o Ministério Público e com o Conselho Tutelar para combater a exploração de crianças nas ruas pelos próprios pais ou por outros adultos.

A Constituição Federal determina¹⁰ que a segurança pública é um dever do Estado e é um direito e responsabilidade de todos para que a preservação da ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio sejam garantidos. No entanto, há diferentes atribuições para cada ente federativo: enquanto a União é responsável pelas polícias federal, rodoviária federal, ferroviária federal e penal federal; os estados são responsáveis pelas polícias civis, militares e penais estaduais - além do corpo de bombeiros. O que sobra para os municípios, por fim, é a possibilidade de constituir as guardas municipais.

As guardas municipais têm como características o policiamento preventivo, que garanta a proteção dos bens, serviços e logradouros públicos de seu município. Segundo a Lei 13.022 de 2014¹¹, sancionada pela ex-presidente Dilma Rousseff (PT), as guardas têm o dever específico de, entre outros, prevenir e inibir, por meio da presença e vigilância, as infrações penais que atentem contra os bens, serviços e instalações municipais, além de colaborar, em conjunto com os órgãos de segurança pública, para a paz social.

A Constituição não dá muitas oportunidades para que os municípios atuem de maneira ostensiva na segurança pública de seu território e, dado isso, o que Crivella propôs em seu plano de governo foi que a guarda municipal do Rio de Janeiro deixasse de ter uma postura preventiva para agir de forma ativa na segurança não só dos bens municipais, mas também dos munícipes. Ao longo de seu governo, Crivella parece ter compreendido que sua atuação na segurança pública do Rio de Janeiro, enquanto prefeito, era bastante limitada.

Ainda em 2017, Crivella publicou um vídeo em sua conta do facebook, apresentando a criação do Gabinete de Gestão de Segurança Integrada, que reunia integrantes do Exército, Marinha, Aeronáutica, da Força Nacional de Segurança e policiais federais, rodoviários, civis e militares, além de guardas municipais. O objetivo do grupo era fiscalizar as fronteiras da cidade para evitar a entrada de armas, mas, mesmo com a intenção de integrar o município na pauta, Crivella já admitia que a segurança pública é uma *agenda do estado*.

Em 2020, após não ter êxito em suas propostas para segurança pública durante seu mandato na prefeitura do Rio,¹² Crivella apresentou uma nova abordagem. Sua nova proposta

¹⁰ Artigo 144 da Constituição Federal de 1988

¹¹ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13022.htm#art1> Acesso em: 04/10/2022

¹² Em 2020 a Agência Lupa publicou uma verificação das promessas de Crivella para a segurança pública. Entre elas, apenas uma foi efetivamente realizada. Disponível em <<https://vejario.abril.com.br/cidade/promessas->

agora não buscava mais *por um Rio mais humano* - como foi intitulado seu plano de governo em 2016 - mas, impulsionado pelo discurso ultraconservador da onda bolsonarista, era orientado por Deus e direcionado à família e ao Rio¹³. Seu novo plano não reservou um espaço específico para a segurança pública, se restringindo às duas únicas menções, que traziam à Guarda Municipal de volta à sua atuação preventiva:

“2.6.19. Implantar o Projeto “Ronda Maria da Penha” em parceria com a Guarda Municipal, tendo como exemplo a experiência exitosa da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro – PMERJ com o Programa “Patrulha Maria da Penha”, entre outras experiências no âmbito municipal em diversas cidades do Brasil no enfrentamento à violência doméstica e familiar. Este projeto vai fortalecer a atuação da cidade do Rio de Janeiro, com a parceria de outros setores públicos, nesse debate de gênero que perpassa diversas políticas setoriais, demonstrando toda a capacidade de articulação e intersetorialidade entre as políticas públicas na administração municipal, além de fortalecer as ações de combate à violência contra a mulher no município;

(...)

2.8.4. Criar o programa Recruta Carioca aumentando o efetivo da GM-Rio, preferencialmente absorvendo efetivos de egressos das forças armadas, por meio de projeto de lei específico, criando a figura do guarda municipal temporário (regime especial de contratação de pessoal temporário), a exemplo do que ocorre em outras categorias, sob o regime geral de previdência, com investidura a tempo certo e com impacto controlado sobre o orçamento municipal.”

As expectativas de Crivella para a segurança da cidade do Rio de Janeiro não foram facilmente disseminadas e permanecem em seu discurso. Nas eleições gerais de 2022, Crivella concorreu e foi eleito ao cargo de deputado federal pelo Rio de Janeiro sob a promessa de defender a castração química como punição para estupradores e pedófilos¹⁴.

A sua estratégia pode ter falhado enquanto prefeito, mas o bispo da Igreja Universal do Reino de Deus utilizou, e ainda utiliza, o discurso conservador e punitivista para angariar votos e conquistar parte do eleitorado brasileiro que enfatiza e corrobora com essas pautas.

2.3 Os muros de Crivella

A pauta de segurança pública não é exclusividade do mandato de Marcelo Crivella como prefeito. Ser político no Brasil e, especialmente, no Rio de Janeiro não permite o luxo de não se envolver no assunto e Crivella tem tocado nele desde seu primeiro mandato como senador, ainda em 2003. Os discursos do bispo a respeito da pauta já tiveram algumas nuances: enquanto em alguns momentos chegou a dizer que o problema da violência estava no afastamento de

[crivella-seguranca/](#)> Acesso em: 04/10/2020

¹³ Em 2020, o plano de governo entregue ao TSE foi intitulado “Com Deus, Pela Família, Pelo Rio”

¹⁴ Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/Cin1KxjA913/>> Acesso em: 04/10/2022

Deus, também já defendeu que a miséria e a falta de emprego são elementos estreitamente ligados ao aumento da violência.

Em abril de 2003, Crivella se dirigiu à tribuna do Senado Federal para falar sobre o nível de violência que o país estava enfrentando. Após mencionar uma estatística a que teve acesso, que afirmava que 80% dos crimes de homicídio cometidos no ano de 2002 foram de autoria de amigos e parentes, Crivella concluiu que a violência estava *intrínseca* à família. O então senador defendeu haver uma divergência entre as soluções para o problema: enquanto uns defendiam o crescimento econômico e a consequente geração de empregos, ou enfrentamento à fome e o incentivo à educação, o que o bispo acreditava ser a real causa das mazelas que levavam o país a violência era o *afastamento de Deus*.

“Podemos divergir das soluções. Alguns apontam a geração de emprego, o crescimento econômico. Outros falam em priorizar o combate à fome, em educação. Cada um de nós tem a solução para esse problema na sua visão, no seu coração, na sua alma. Mas certamente todos convergimos para a constatação de que há um afastamento de Deus, dos nossos princípios. Hoje, são poucos a citar a Bíblia, o Evangelho. São poucas as crianças que fazem uma oração antes das refeições ou que frequentam uma igreja, independentemente de denominação.” (CRIVELLA, 2002)

Já em 2005, dois anos após assumir o cargo, Crivella vestia uma nova roupagem: ao subir na tribuna, criticou os empresários que compunham a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), que se reuniram para realização do evento “O Grito do Rio”, em conjunto com autoridades e secretários de segurança pública de diversos estados. O motivo da crítica do bispo foram as cinco propostas para a segurança do estado:

- I. aumento da carceragem;
- II. reforma do código penal;
- III. aumento do efetivo e equipamento da polícia;
- IV. sistema de conexão entre as polícias Civil e Militar;
- V. combate à pirataria.

Segundo Crivella, esse não era o grito do Rio, mas sim o grito dos ricos. Nesse mesmo ano, Crivella foi à tribuna do Senado Federal chamar de “simplista” ter como medidas de enfrentamento à violência o aumento de vagas em presídios e do efetivo policial.

“É simplista a proposta de aumentar vagas em presídios e de colocar mais policiais e mais viaturas nas ruas - aliás, no Rio de Janeiro, daqui a pouco, não sei mais onde vão colocar viaturas; nunca vi tantas viaturas naquela cidade! Apesar disso, a violência aumenta, porque ninguém consegue vigiar todas as ruas, todas as praças e todas as

vielas do Rio de Janeiro.

Fala-se em aumentar penas no Código Penal, mas não se fala em arrumar emprego para as pessoas. Será que, aumentando as penas, aumentando a repressão e aumentando o número de vagas nos presídios, vamos diminuir a violência? A história mostra que não.

Portanto, as reivindicações do encontro O Grito do Rio não é o grito do Rio, é o grito dos ricos, que querem manter a massa desvalida, desmobilizada.” (CRIVELLA, 2005)

No entanto, foi ainda em 2004 que Crivella fez sua primeira demonstração pública do que viria a ser uma de suas maiores defesas: a fiscalização de fronteiras. Em 2003, o então senador César Borges, à época filiado ao Partido da Frente Liberal (PFL), apresentou o Projeto de Lei do Senado nº 221, de 2003, que atribuía às Forças Armadas a função de combate ao crime organizado. Marcelo Crivella foi um dos relatores e emitiu um substitutivo ao projeto, que dava às Forças Armadas não somente outras atribuições, mas também o poder de polícia nas fronteiras brasileiras. Em 2009, Crivella rememorou o assunto na tribuna da Casa:

“Sr. Presidente, é fundamental para nós, no Rio de Janeiro, que tenhamos o apoio das Forças Armadas no combate à criminalidade.

E para isso, já há muito tempo, foi aprovado pelo Senado - e eu tive a felicidade de ser o autor - um projeto de lei complementar que dá às Forças Armadas a atribuição, o poder de Polícia Federal nas fronteiras brasileiras. E por que isso? Ora, a fronteira seca do Brasil, a fronteira do lado oeste, ela tem mais de sete mil quilômetros e é um deserto demográfico, coberto por serras e, em grande parte, pela Floresta Amazônica. Neste instante, muita cocaína e armas contrabandeadas estão passando, entrando pelas fronteiras brasileiras.

[...]

Na fronteira, nós precisamos ter o Exército, que não pode mais trabalhar com a hipótese de uma guerra, de uma invasão da Argentina, do Paraguai, do Uruguai, ou dos três juntos. Isso não pode mais ser assunto principal dos nossos cursos da Escola de Comando do Estado Maior do Exército. Porque, hoje, a violação da nossa fronteira, da soberania nacional, é feita com a invasão de drogas e armas contrabandeadas que vão acabar no crime organizado, que vão acabar nas grandes capitais, sobretudo Rio e São Paulo. Então, já há essa prescrição regulamentar. O que falta são recursos.” (CRIVELLA, 2009)

A partir desse momento, Crivella se pronunciou em defesa da fiscalização e proteção das fronteiras em diversos momentos. Ainda em 2009, o bispo defendeu o cercamento das fronteiras como meio de combate ao que ele chamou de *narcovarejo*, responsável pelos conflitos e frequentes mortes por bala perdida nas comunidades do Rio de Janeiro.

“A Polícia do Rio de Janeiro tem feito um combate, um enfrentamento ao narcotráfico. Agora, eu repudio, com todas as forças do meu mandato, dos três milhões e duzentos mil votos que recebi do povo do Rio de Janeiro, os tiroteios onde moram pessoas. Que todos tenham ódio e nojo ao narcotráfico, pelo rio de sangue que desce dos morros, por

tantos meninos que são lançados nas covas com o corpo esquartejado e ensanguentado, enquanto outros são lançados em presídios medievais, para serem barbarizados, vegetarem numa existência desgraçada, por tantos pobres divididos em facções, irmãos contra irmãos, numa guerra inútil e miserável. Por tudo isso é justa a nossa revolta.

Agora, Sr. Presidente, promover tiroteios de fuzil onde moram pessoas, matando crianças, matando pessoas, é uma insensatez. Não é assim que nós vamos vencer essa guerra. Não é na marcha da insensatez, monstrificando a força policial. E acabam os seus dirigentes tomados pela própria arrogância, tornando-se insensíveis a todos os apelos da razão.

[...]

Nós podemos cercar as fronteiras brasileiras. E, para isso, já fiz lei; lei que dá poder de polícia ao Exército, à Marinha, à Aeronáutica para atuarem onde estão os grandes exportadores, organizadores e financiadores do tráfico. No morro, está o narcovarejo, está o peixe pequeno. O peixe grande está nas fronteiras: Peru, Colômbia, Bolívia, onde se produz 95% da cocaína do mundo.” (CRIVELLA, 2009)

Em 2010, Crivella foi à tribuna do Senado Federal comemorar a ocupação da polícia militar no Complexo do Alemão que, segundo o senador, significava o deslumbre da esperança e da construção da cidade maravilhosa. Ainda nessa ocasião, Crivella mencionou o PLS 221/2003, que deu poder de polícia ao Exército brasileiro para que esse pudesse fiscalizar as fronteiras do país sob sua relatoria. Seu tom, no entanto, não foi mais de elogio ou orgulho do projeto aprovado, mas sim de indignação com o fato de que após 6 anos da aprovação, os crimes transfronteiriços continuaram a ocorrer.

“Ora, por que - se o Exército, recebendo essa atribuição - nós tivemos o desprazer de ver aumentarem os crimes transfronteiriços, crimes ambientais, armas, drogas e até pessoas? Por que, se tivemos uma atitude aqui, se tivemos um projeto, uma lei votada, e tínhamos esperança de que isso diminuísse, por que aumentou? Eu não sei, Senador Mozarildo, mas vou descobrir! Vou descobrir com a CPI que nós vamos instalar, criar e, com paixão, conduzir. Vamos chamar aqui todos os atores e irmos juntos àquelas fronteiras, andarmos por aquelas terras, conversarmos com as pessoas, com os comerciantes, com os governadores, com os parlamentares. Vamos ao Peru, vamos à Colômbia, vamos à Bolívia, vamos ao Paraguai. Vamos conversar com os nossos colegas. Vamos devolver a este País a soberania.” (CRIVELLA, 2010)

Foi nesse momento que Crivella anunciou a proposta de criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que deveria investigar grupos criminosos e propor medidas para fiscalização constante nas fronteiras brasileiras. A CPI, apesar de ter reunido assinaturas suficientes, nunca chegou a ser instalada no Senado Federal. Em 2016, Crivella deixou o cargo para assumir a prefeitura do Rio de Janeiro.

Pouco tempo após ter sido eleito, Crivella realizou uma viagem até Jerusalém, ocasião em que se encontrou com o então prefeito da cidade, Nir Barkat, para discutir, entre outros

temas, a segurança. Em seu retorno, realizou um encontro com líderes evangélicos e judaicos na Catedral da Fé, templo da Iurd localizado em Del Castilho - bairro da zona norte do Rio de Janeiro - em que afirmou que o Rio estava vivenciando uma *crise moral* e defendeu que a cidade deveria “ser murada como Jerusalém”.

Em 2017, Crivella voltou a usar os muros como medida para violência após a morte de Maria Eduarda da Conceição, uma estudante de 13 anos vítima de bala perdida dentro da Escola Municipal Jornalista Daniel Piza, na zona norte do Rio. A medida de proteção aos estudantes de escolas localizadas em áreas de risco foi a compra de uma “argamassa especial” para construção de muros nas escolas. Em 2018, o prefeito anunciou que o material estava sendo testado pelas polícias Civil e Militar e logo deveria ser utilizado para a construção de muros nas escolas municipais, mas não conseguimos identificar se a medida realmente foi tomada.

CONCLUSÃO

A definição da segunda face do poder, conceituada por Bachrach e Baratz na década de 60, nos apresenta uma nova maneira de analisar o exercício de poder. Não mais precisamos estudá-lo por meio da tomada de decisão, mas conseguimos lê-lo nas entrelinhas da não-tomada de decisão. Da mesma forma, a representação descritiva de Hannah Pitkin nos mostra a “segunda face” da representação, que não depende mais da *accountability* para se legitimar, se sustentando apenas pelo ato de representar.

A razão de termos usado essas duas linhas teóricas para olharmos a política feita por Marcelo Crivella está na construção da agenda pública que o ex-prefeito realizou desde seu primeiro mandato como senador da República. Apesar de ter oscilado entre alguns caminhos para a segurança pública do Rio de Janeiro, Crivella estabeleceu uma narrativa que, por fim, acabou sendo simplista e de fácil disseminação em um eleitorado que - quando se trata de pautas morais - encontra respostas fáceis para problemas complexos. Enquanto corrobora com a redução da maioria penal e acredita que a criminalidade é causada pela maldade das pessoas, o eleitorado brasileiro prepara um terreno fértil para políticas que encontram em muros a solução para um problema muito mais estrutural e enraizado à sociedade brasileira.

Crivella se utilizou da tribuna da mais alta casa legislativa do país para repetir incansavelmente que o problema da violência do Brasil estava na falta de fiscalização de suas fronteiras e mesmo após ter se frustrado com a falta de resultado que proporcionar poder de polícia às Forças Armadas gerou na diminuição da violência, o bispo continuou a repetir que

construir muros é a solução. Como prefeito - e limitado pelas competências municipais - Crivella continuou a tentar implementar sua ideia, que nunca chegou a se concretizar materialmente, mas pode ter ocupado um lugar no imaginário de seus eleitores.

Portanto, o bispo da Universal nunca precisou que suas propostas fossem concretizadas, porque encontrou na representação descritiva uma alçada para continuar sendo representante dos cariocas evangélicos: bastou ser parecido o suficiente com eles. Se o que Hannah Pitkin definiu como representação descritiva pode ser compreendido como representação, os mandatos políticos de Crivella alcançaram a representação que o regime democrático oferece.

Esse movimento cria oportunidade para que outros políticos conquistem os espaços de poder por meio da combinação da capacidade de firmar uma agenda pública - que pode ser constituída por diversos vieses - com a representação descritiva, que proporciona a não-necessidade de uma prestação de contas aos eleitores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALA, Vitor. Escolas do Rio terão argamassa blindada em algumas semanas, estima Crivella. **Agência Brasil**, 2018. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-03/em-algumas-semanas-escolas-do-rio-terao-argamassa-blindada-estima-crivella>> Acesso em: 03 nov. 2022

ALVES, José Claudio de S. **Dos barões ao exterminio: uma história da violência na Baixada Fluminense**. 2º ed: Rio de Janeiro, 2020.

BACHRACH, Peter; BARATZ, Morton S. Duas faces do poder. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, p. 149-157, 2011.

BOURDIEU, Pierre et al. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BRASIL. Senador (2003-2011: Marcelo Crivella) **Análise do problema de segurança pública no Rio de Janeiro**. Brasília, 08 jun. 2005. Disponível em:

<<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/pronunciamento/355107>>

Acesso em: 22 out. 2022

BRASIL. Senador (2003-2011: Marcelo Crivella) **Clamor por uma posição das autoridades pelo fim da violência no Estado do Rio de Janeiro.** Brasília, 01 dez. 2005. Disponível em:

<<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/pronunciamento/359031>>

Acesso em: 22 out. 2022

BRASIL. Senador (2003-2011: Marcelo Crivella) **Preocupação de S.Exa. com o aumento da violência e da miséria no país.** Brasília, 28 out. 2003. Disponível em:

<<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/pronunciamento/333227>>

Acesso em: 19 out. 2022

BRASIL. Senador (2003-2011: Marcelo Crivella) **Revolta com a angústia de ver inocentes tombarem com balas perdidas nas comunidades carentes do Rio de Janeiro.** Brasília, 08 jun. 2009. Disponível em:

<<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/pronunciamento/379851>> Acesso em: 22 out. 2022

BRASIL. Senador (2003-2011: Marcelo Crivella) **Preocupação com a violência e a falta de segurança, no Estado do Rio de Janeiro. Defesa do apoio das Forças Armadas no combate à criminalidade. Defesa da valorização do professor de Educação Física. Defesa da aprovação de proposta de emenda Constitucional de autoria de S.Exa., que trata do ingresso dos soldados do Exército, após a baixa, na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros.** Brasília, 01 dez. 2009. Disponível em:

<<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/pronunciamento/382435>>

Acesso em: 22 out. 2022

CANO, I. Seis por meia dúzia? Um estudo exploratório do fenômeno das chamadas “milícias” no Rio de Janeiro In: Segurança, tráfico e milícias no Rio de Janeiro. **Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll**, 2008.

COSTA, Anna Gabriela. Saiba o que significa a sigla LGBTQIA+ e a importância do termo na inclusão social. **CNN Brasil**, 2022. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/saiba-o-que-significa-a-sigla-lgbtqia-e-a-importancia-do-termo-na-inclusao-social/#:~:text=Com%20isso%2C%20LGBTQIA%2B%20se%20tornou,usadas%20pelos%20membros%20dessa%20comunidade>> Acesso em: 17 set. 2022

COSTA, Viviane Araújo da. **Jesus é o dono do lugar: o Deus do traficante em disputas territoriais cariocas**. 2021.

CRIVELLA SOBRE INSEGURANÇA: RIO DEVERIA SER TODO MURADO, COMO JERUSALÉM. **Veja**, 2016. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/radar/crivella-sobre-inseguranca-rio-deveria-ser-todo-murado-como-jerusalem/>> Acesso em: 03 nov. 2022

CRIVELLA, Marcelo. **Segurança é prioridade**. Rio de Janeiro, 12 abr., 2017. Facebook: Marcello Crivella. Disponível em: <[https://www.facebook.com/marcelocrivella/videos/1425995400757039/?__cft__\[0\]=AZU8V4zoVIc0EdHx9011md2ZF3JUKsZZNgfke6lbt4ZrL_MfiLIGvPii4PhlD1QDwnSaHhjlAdGIjGWPf4TpOG2G3QNohfqzNmiL4dYn05RWsVyTBUCutLK3Oxg79C1Y8U5vGPvG7gx5tn9ibyjDwQBG&__tn__=%2CO%2CP-R](https://www.facebook.com/marcelocrivella/videos/1425995400757039/?__cft__[0]=AZU8V4zoVIc0EdHx9011md2ZF3JUKsZZNgfke6lbt4ZrL_MfiLIGvPii4PhlD1QDwnSaHhjlAdGIjGWPf4TpOG2G3QNohfqzNmiL4dYn05RWsVyTBUCutLK3Oxg79C1Y8U5vGPvG7gx5tn9ibyjDwQBG&__tn__=%2CO%2CP-R)> Acesso em: 22 out. 2022

CRIVELLA, Marcelo. **Segurança é prioridade**. Rio de Janeiro, 12 abr., 2017. Facebook: Marcello Crivella. Disponível em: <[https://www.facebook.com/marcelocrivella/videos/1425995400757039/?__cft__\[0\]=AZU8](https://www.facebook.com/marcelocrivella/videos/1425995400757039/?__cft__[0]=AZU8)

V4zoVIc0EdHx9011md2ZF3JUKsZZNgfke6lbt4ZrL_MfiLlGvPii4PhlD1QDwnSaHhjlAdGIj
GWPf4TpOG2G3QNohfqzNmiL4dYn05RWsVyTBUCutLK3Oxg79C1Y8U5vGPvG7gx5tn9
ibyjDwQBG&__tn__=%2CO%2CP-R> Acesso em: 22 out. 2022

CRIVELLA, Marcelo. **Por um Rio mais humano**. TSE, 2016. Divulgação de Candidaturas e
Contas Eleitorais. Disponível em:
<[https://divulgacandcontas.tse.jus.br/dados/2016/RJ/60011/2/190000017952/proposta_govern
o1471038889100.PDF](https://divulgacandcontas.tse.jus.br/dados/2016/RJ/60011/2/190000017952/proposta_governo1471038889100.PDF)> Acesso em: 15 jun. 2022

DAHL, ROBERT. **Um prefácio à teoria democrática**. Rio de Janeiro: J. 1989.

ELEIÇÕES: SENADO TEM A MAIOR RENOVAÇÃO DA SUA HISTÓRIA. **Senado
Federal**, 2018. Disponível em:
<[https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/10/08/eleicoes-senado-tem-a-maior-
renovacao-da-sua-historia](https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/10/08/eleicoes-senado-tem-a-maior-renovacao-da-sua-historia).> Acesso em: 20 set. 2022

ESCÓSSIA, Fernanda da. Após a gratificação, que varia até 150% do salário, dobraram a taxa
de mortes em confronto com policiais Rio acaba com bônus da polícia por bravura. **Folha de
São Paulo**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff26069830.htm>>
Acesso em: 1 set. 2022

LINS, Igor Novaes. **A geografia eleitoral das milícias: um estudo exploratório dos
candidatos à Câmara Municipal do Rio de Janeiro**. 2022.

MACHADO, Maria das Dores Campos. **Política e religião: a participação dos evangélicos
nas eleições**. FGV Editora, 2006.

MANSO, Bruno Paes. **A república das milícias: dos esquadrões da morte à era Bolsonaro**.
Todavia, 2020.

MARIANO, Ricardo; PIERUCCI, Antônio Flávio. O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor. **Novos Estudos Cebrap**, v. 34, n. 3, p. 92-106, 1992.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa. **Um panorama do protestantismo brasileiro atual. sinais dos tempos: tradições religiosas no Brasil**. Cadernos do ISER, n. 22, p. 37-86, 1989.

MIGUEL, Luis Felipe. Representação política em 3-D: elementos para uma teoria ampliada da representação política. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 18, p. 123-140, 2003.

PAULINO, Mauro et al. Como a bancada evangélica se posiciona na economia e nos costumes. Folha de São Paulo, 2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2015/11/1705534-como-a-bancada-evangelica-se-posiciona-na-economia-e-nos-costumes.shtml>> Acesso em: 17 set. 2022

PITKIN, Hannah F. O conceito de representação. **Política e Sociedade. São Paulo: Nacional**, v. 2, p. 8-22, 1979.

PRANDI, Reginaldo; SANTOS, Renan William dos. Quem tem medo da bancada evangélica? Posições sobre moralidade e política no eleitorado brasileiro, no Congresso Nacional e na Frente Parlamentar Evangélica. **Tempo Social**, v. 29, p. 187-214, 2017.

QUEIROZ, Antônio Augusto. O Congresso mais conservador dos últimos quarenta anos. **Diplomatique**, 2018. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/o-congresso-mais-conservador-dos-ultimos-quarenta-anos/>> Acesso em: 20 set. 2022

RIBEIRO, Camila et al. Discursos e práticas na construção de uma política de segurança: O caso do governo Sérgio Cabral Filho (2007-2008). Segurança, tráfico e milícia no Rio de Janeiro/organização, Justiça Global.-**Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll**, p. 6-15, 2008.

SOARES, Luiz Eduardo. **Desmilitarizar: segurança pública e direitos humanos**. Boitempo Editorial, 2019.

SOARES, Luiz Eduardo. **Segurança pública: presente e futuro**. *Estudos avançados*, v. 20, p. 91-106, 2006.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Universidade de Brasília, 1994

WILSON, Silveira e MIRANDA, Tiago. Câmara tem 243 deputados novos e renovação de 47,3%. **Câmara dos Deputados**, 2018. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/545896-camara-tem-243-deputados-novos-e-renovacao-de-473/>>. Acesso em: 20 set. 2022